

**PELO DIREITO À CIDADE:
ARTICULAÇÕES E APRENDIZADOS NA LUTA POLÍTICA DOS
TRABALHADORES OCUPANTES DE TERRA URBANA NA CIDADE
DE UBERLÂNDIA/MG.¹**

Rosângela Maria Silva Petuba²

RESUMO: A proposta do artigo é problematizar a maneira pela qual a experiência vivida contribuiu para a reelaboração dos valores dos trabalhadores ocupantes de terra do Bairro Dom Almir na cidade de Uberlândia, buscando também avaliar a importância da luta política com fonte de aprendizado para esses trabalhadores.

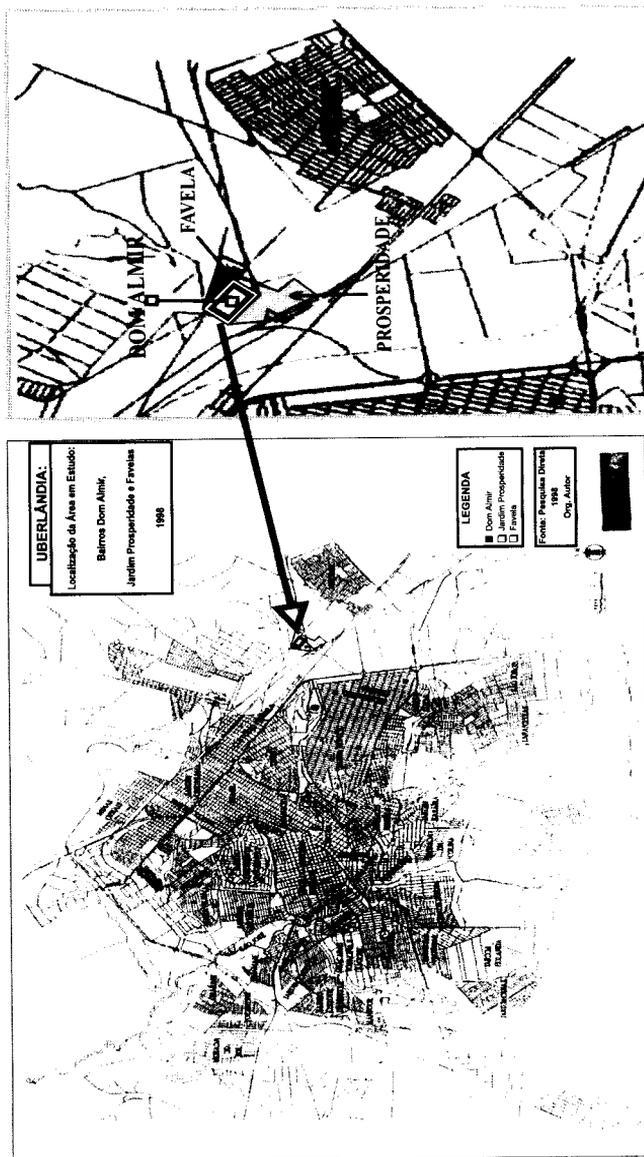
PALAVRAS-CHAVE: trabalhadores, aprendizados, cidade, luta política.

ABSTRACT: This article studies how current practices contributed to the re-elaboration of the values of workers in the Dom Almir district in Uberlandia, also aiming to evaluate the importance of political battles as a learning tool for those workers.

KEY WORDS: workers, learning tools, city, political battle.

¹ O presente texto faz parte da minha Dissertação de Mestrado intitulada: “Pelo Direito a Cidade: Experiência e Luta dos Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir - Uberlândia (1990-2000)”. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

² Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR.
E-mail: rmspetuba@bol.com.br



FONTE: SÁ, Cláudio Oliveira Ribeiro de. **Autoconstrução e Assentamentos Urbanos em Uberlândia-MG: Em Questão os Bairros Dom Almir e Prosperidade.** Uberlândia-MG:UFU, 1999. (Monografia).
Digitalizado e reformulado objetivando destacar o Bairro D. Almir.

As ocupações que deram origem à constituição do bairro Dom Almir, na cidade de Uberlândia-MG, entre os anos de 1990 e 1991, puseram em movimento, direta ou indiretamente, outros setores da sociedade, que, por afinidade política-ideológica, no campo prático ou discursivo, solidariedade humana ou oportunismo eleitoreiro aproximaram-se do movimento, tecendo um campo de articulações e gerando relações dos mais diversos matizes, tornando-as elementos constituintes dessa experiência histórica vivenciada e construída pelos trabalhadores ocupantes de terra do bairro D. Almir. Em agosto de 1990, trabalhadores sem teto ocuparam uma área pertencente ao poder público municipal, batizando-a, na época, com o nome de Vila Rica, e de onde foram transferidos para uma propriedade rural chamada Fazenda Marimbondo. Esta área daria origem ao atual Bairro Dom Almir. Menos de um ano depois dessa transferência, houve uma segunda ocupação, realizada por um outro contingente de trabalhadores, numa área paralela àquela para onde haviam sido transferidos os ocupantes do Vila Rica. A essa área os ocupantes denominaram D. Almir II, que viria a ser incorporado ao primeiro ao longo do processo de luta e legalização dos lotes que até hoje não está consolidado.

Ocupar terras urbanas trouxe várias situações de privação, desconforto e exclusão para os trabalhadores envolvidos. Por outro lado, a busca de soluções para essas situações experimentadas representou a possibilidade de valiosos aprendizados políticos e humanos. Esses ganhos trazidos pela a luta foram construídos coletivamente ao longo do processo e expressam a capacidade de articulação, reelaboração política que redimensionou os espaços coletivos e/ou individuais de atuação e compreensão da cidade.

Na procura de alternativas que apontassem para soluções e dessem um maior destaque a sua situação precária, os acampados esforçaram-se no sentido de construir uma teia de apoios que reforçasse sua expressividade como movimento social no cenário urbano e garantisse aliados no seu embate e diálogo com o poder público municipal.

Para compreender o universo dessas articulações estabelecidas, é preciso visualizar o conjunto das necessidades vivenciadas, das alternativas buscadas para elas e, principalmente, dos obstáculos e perspectivas que se colocaram ao longo do caminho.

A luta desses trabalhadores inscreveu-se num horizonte mais amplo, que punha em questão o próprio direito à cidade e uma série de expectativas e valores do que vinha a ser esse direito e as formas pelas quais ele poderia materializar-se no cotidiano dos moradores

acampados do bairro.

Em um documento¹ enviado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, a concretização desse direito ganha forma e propostas objetivas:

Nós, moradores do Acampamento D. Almir, há mais de oito meses, nos dirigimos a V.Sa. para esclarecer a situação de miséria em que vivemos e exigir uma solução imediata para os nossos problemas.

Somos hoje mais de 400 famílias que, a exemplo de outras milhares são excluídas de um dos direitos elementares garantidos em Lei, que é o direito à moradia. Por isso resolvemos acampar próximo ao bairro Dom Almir. Neste acampamento estamos vivendo uma série de dificuldades: falta de água, transporte, assistência médica, escola, saneamento básico, etc.

Nesse sentido apresentamos as seguintes reivindicações:

Que seja desapropriada imediatamente a área, demarcados os lotes e assentadas todas as famílias;

Ligação de água urgente;

Materiais para a construção de três cômodos e um banheiro;

Que seja negociado com carência e de acordo com as condições das famílias o pagamento dos lotes e dos materiais de construção;

Atendimento médico e medicamentos no local;

Instalação de uma creche urgente;

Instalação de uma escola para garantir o ano letivo das crianças;

Doação de barracas, enquanto não iniciam as construções;

Regularização do transporte com mais ônibus e maior frequência;

Instalação de energia elétrica;

Doação de cobertores e agasalhos.

Certos de uma breve providência, agradecemos.

COMISSÃO DOS MORADORES DO ACAMPAMENTO
DOMALMIR."⁽²⁾

Ao se dirigirem diretamente a Prefeitura Municipal de Uberlândia, os moradores acampados do bairro Dom Almir realizam um movimento político de implicações concretas na dinâmica da cidade e na disputa travada com o poder público.

¹ Boa parte desta documentação referente ao processo de luta e organização dos trabalhadores ocupantes de terra do Bairro Dom Almir foi se incorporando a esta pesquisa trazida pelos próprios depoentes em especial Sr. Sebastião Correa e Sr. Djalma Moraes de Souza. O primeiro era o atual Presidente da Associação de moradores no início desta pesquisa e o segundo foi quem organizou os trabalhadores da segunda ocupação da área. Essas fontes: abaixo - assinados, requerimentos, cartas, fichas de cadastro das famílias na área entre outras, foram guardadas, muitas vezes em condições precárias, pelos próprios trabalhadores.

² Documento endereçado, em 18/01/1992, à Srª. Niza Luz, Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social na época.

Ao assumirem as reivindicações expressas no documento, como fruto de uma situação de privação experimentada por mais de 400 famílias, eles se colocaram como um sujeito social coletivo, forjado nessas vivências mútuas, e trouxeram para si a legitimidade de uma interlocução direta com o poder público. Essa postura estava embasada em concepções sobre o que vinha a ser o poder e o papel político da administração pública local, “*o dever do político é ele trabalhar na comunidade, certo? Fazer o que ele precisa fazer e o que ele prometeu, ele tem que ajudá*”.³

Essa visão não levava a uma atitude de mendicância ou de uma muda e passiva expectativa em torno da “boa vontade política” da Prefeitura, pelo contrário, foi no convencimento da legitimidade e da justiça de seus direitos, aliados à dureza das condições materiais vividas, que os acampados se puseram em confronto com essas autoridades e, no desenrolar desses confrontos, forjaram uma visão política contestadora propondo uma nova leitura da questão urbana em Uberlândia.

Essa nova leitura era o desdobramento lógico de uma outra postura subjacente no teor dessa carta. Ela expressava o desejo, o interesse e os projetos de cidade na ótica de um sujeito coletivo, que recolocava a ocupação de terras e o acampamento urbano de famílias trabalhadoras como um lugar e uma fala que emergiam de dentro da cidade dando-lhe concretude a expressar-se em forma de carência e segregação social no espaço geográfico e no cotidiano desses trabalhadores.

Essa nova leitura não surgiu pronta, ela era a expressão de um conjunto de trajetórias comuns vividas no dia a dia da cidade, brotava dos espaços físicos, sociais e culturais compartilhados pelo conjunto da classe trabalhadora. Espaços que falavam de uma cidade diferente daquela propagandeada pelo poder público, existente apenas para a elite econômica e política ou, em alguns momentos, para a classe média ávida em sonhos de consumo e de ascensão social propiciados pelas benesses do capital.

Esse modelo de cidade apresenta-se marcado por uma desenfreada busca de progresso, que se materializa em ações de implantação de indústrias, construção de grandes obras públicas, modernização do sistema de transporte e vias de circulação para acelerar o fluxo de pessoas e mercadorias, alta informatização dos serviços e propagandas para atração de Instituições de Ensino Superior Privado, com vista a uma formação em grande escala, de mão-de-obra especializada, entre outros.

³Entrevista concedida por Felismina Pereira em abril de 1999.

Obviamente, por sua natureza capitalista, esse projeto não visa ao usufruto de toda a população, mas busca impor-se como aspiração de todos.

Porém o viver a cidade e na cidade constitui-se em experiências de reconhecimento de espaços, de alternativas, de mudanças, de práticas de formação de sujeitos políticos.

Esses outros espaços, compartilhados e construídos pelos trabalhadores, informam outras práticas e outras visões de cidade, em que os mecanismos de ação e informação são trabalhados dentro de lógicas, muitas vezes, distintas daquelas visualizadas pelos projetos das classes dominantes.

Exemplo concreto disso é própria maneira como se deram os processos de ocupação constituintes do Bairro Dom Almir. Sem prévia organização, os trabalhadores foram tomando conhecimento das notícias sobre os barracos do Parque São Jorge e depois do Bairro Dom Almir (no caso da ocupação, Dom Almir II) e num movimento de identificação de aspirações e perspectivas, foram engrossando a ocupação. Alguns ouviram a notícia pelo rádio, outros foram informados e até convidados por parentes e vizinhos; algumas mulheres contam terem sabido da existência da ocupação por meio de comentários na mercearia e na farmácia. Djalma diz que saiu para trabalhar e, quando voltou, só teve a notícia de que sua esposa havia ido limpar um terreno e levado os filhos maiores para ajudá-la, Veridiana relata que foi à farmácia e ouviu, no Programa do Batista Pereira, a notícia, comprou o remédio e já voltou para casa decidida “a entrar nessa vida”; Divina morava e trabalhava junto com todos os filhos numa carvoaria, foi convidada por alguns colegas de trabalho e resolveu ir.

O fato de essas pessoas tomarem conhecimento da existência da ocupação em seus espaços normais de vida é significativo, pois demonstra que as informações circulavam em espaços comuns e que guardavam uma certa similaridade de realidades vividas. A notícia chegou a esses trabalhadores e foi assimilada como alternativa, porque a ocupação de terras urbanas foi, em suas trajetórias de vida, delineando-se como a saída mais viável dentre as oferecidas. A pronta identificação do acampamento como possibilidade real de aquisição de moradia própria em Uberlândia deu-se por um movimento coincidente de vivências nessa cidade, elaboradas de forma particular, mas, no geral, perpassadas pelo sentimento de exclusão, de pobreza, de dificuldade de acesso aos bens urbanos, em suma, por sentimentos que só poderiam ser experienciados na condição de classe trabalhadora.

Parto do princípio que, para se compreender adequadamente o problema da habitação, é preciso aliá-lo de forma intrínseca à questão da terra e da complexidade da vida urbana. A partir dos anos 60, tem-se registrado no Brasil um crescimento demográfico urbano muito superior ao crescimento dos seus domicílios. Além disso, os anos 80 trouxeram, com a recessão, a pauperização acelerada e uma violenta redução dos investimentos, tanto públicos como privados, em obras de urbanização. Contraditoriamente, nesse quadro, a população urbana passou, ainda no final da década, a representar 70% da população total do país. (RODRIGUES, 1994:57-63; MARTINS, 1994:74-83)⁴⁾

Nas cidades, há um contingente cada vez mais expressivo de trabalhadores vendo-se, crescentemente, privados da mais elementar condição de vida, com pouca ou nenhuma perspectiva de trabalho e moradia dignos. Excluídos do mercado de consumo, esses habitantes vêem-se forçados a saídas para sobrevivência: cresce o número de favelados; os terrenos ociosos, e muitas vezes especulativos, são ocupados; os loteamentos em situação irregular multiplicam-se; aumentam as construções à beira de córregos, rios, encostas, causando profundos impactos sócio-ambientais; e, no âmbito do planejamento, os esforços se frustram na maioria das vezes, inclusive, pela ineficácia da adoção de modelos pré-estabelecidos e do equívoco das “soluções” correntes de “desenvolvimento urbano”.

Nesse quadro, as situações de conflito acirram-se rapidamente, passando a cidade a conviver, permanentemente, com confrontos relacionados ao acesso à terra, habitação, em que os despejos, as remoções, ocupações e a violência policial são uma constante.

No contexto amplo da produção de mercadorias em nossa sociedade, inclui-se a produção de um tipo de espaço urbano que reproduz a pobreza, não como carência, mas como parte integrante de uma lógica que vem transformando o espaço urbano num imenso e sofisticado mercado, em que uma das mercadorias mais caras é a habitação, que se torna inacessível para a maioria dos seus moradores, funcionando como forte fator de exclusão do direito à cidade.

⁴⁾ Nestes livros, as autoras apresentam gráficos e dados estatísticos sobre o crescimento da população brasileira nas últimas décadas, abordando a questão das migrações internas, do êxodo rural e das condições de vida das classes trabalhadoras nas cidades brasileiras. Os dados apresentados baseiam-se nos dados fornecidos pelo IBGE, mais especificamente no: Anuário Estatístico Brasileiro, 1977 a 1982, IBGE. Ver também: CEM - Centro de Estudos Migratórios. *Migrações Internas no Brasil: a peregrinação de um povo sem terra*. São Paulo: Paulinas, 1986.

Em Uberlândia, a produção de moradias, principalmente aquelas voltadas para as classes trabalhadoras, sempre estiveram vinculadas a programas institucionais, fossem eles de âmbito municipal, federal ou estadual (SOARES, 1993:07) ⁵. Entretanto ficaram de fora desses planos, os trabalhadores que não podiam comprovar renda ou salário e, dessa maneira, viram-se obrigados a encontrar alternativas de obtenção e de produção de moradias: ocupações, favelas, cortiços, auto-contrução.

Para os trabalhadores ocupantes de terra e acampados do Bairro Dom Almir, esse viver o cotidiano comum da cidade tinha características diferentes daquelas apontadas no discurso oficial, como sendo atributos de Uberlândia. Em suas trajetórias, a cidade de qualidade de vida invejável, em termos de transporte coletivo, atendimento médico, educação pública, qualidade de moradia e saneamentos básicos, vida pacata e ordeira, grande oferta de emprego, era percebida como o oposto de suas vivências, elementos denunciadores de uma profunda desigualdade social e de distribuição de renda. A existência desses bens da vida urbana foi vivenciada justamente pela impossibilidade de chegar até eles ou foi sentida num movimento de distanciamento cada vez maior, o que, na prática, representou o aprofundamento do fosso da desigualdade e a perda concreta de direitos mínimos. É isso que nos relatam os depoimentos a seguir:

“... falava assim que aqui tinha muito serviço, na época tinha mesmo, só que daí prá cá, nada saiu, não saiu serviço... quando aparece é limpeza de rua, mas gente é demais, num chega prá todo mundo né? Prá mulher quando aparece é um servicinho de um salário, às vezes a mulher tem seis, oito filho quê que um servicinho de um salário dá, né? Num dá prá nada”. ⁶

“Então... uma coisa que eu tô achando é que duns tempo prá cá os político... de primeiro eu tinha minha barraquinha de comida, eu vendia muita comida, é que eu esqueci a época, eu sei que naquela época eu depositei até o meu dinheiro, eu tinha meu dinheiro d'eu comê, d'eu dá aos meus filhos, de vestir...Hoje a gente num tem mais uma poupança, cabô com a poupança que a gente tirava o juro e deixava o principal... hoje num tem mais poupança, num tem mais nada. É pro povo ficá aí que nem cachorro... Uma cachorrada no mundo sofreno!”. ⁷

⁵ Este texto foi produzido a partir da exposição da professora no encontro “A Moradia em Uberlândia” em 28/03/93.

⁶ Felismina Pereira, abr./1999.

⁷ Entrevista concedida por Maria Joana Lima em outubro 1999.

Mas, voltando ao teor da carta enviada à Prefeitura, pode-se refletir também para o significado político inscrito na argumentação que aponta o direito a moradia como sendo fundamental e garantido em Lei.

Não se trata de afirmar que os trabalhadores não tivessem consciência disso anteriormente, mas o que chama atenção aqui é o fato de que em toda a documentação analisada, essa foi a primeira vez em que essa formulação apareceu por escrito e remetendo-se a um coletivo que extrapolava o acampamento, ligando-o a uma realidade que engloba milhares de famílias na sociedade brasileira.

Esse alargamento de percepção aparece como um indicador de que a luta política na ocupação e o embate em busca da legitimação desta, ampliaram o campo de entendimento da Lei e dos direitos, bem como possibilitou uma leitura mais apurada da realidade sócio-econômica brasileira, traduzida no dia-a-dia de privações e miséria de expressivos contingentes da classe trabalhadora no país.

Uma outra leitura possível é a de que o aumento do nível de elaboração teórica e refinamento da discussão pode indicar uma busca dos acampados de apoios e/ou assessorias técnicas, em outros movimentos sociais ou no meio intelectual mais participativo para auxiliar na elaboração de formulações teóricas que respaldassem, no nível do discurso, as práticas e os saberes advindos da própria experiência de vida desses trabalhadores e que agora se amalgamavam num sujeito coletivo, em movimento baseado em interesses mútuos e objetivos definidos.

Essa tendência foi marcante na trajetória de luta dos movimentos sociais urbanos da década de 80, quando uma pluralidade de material foi produzida pelos movimentos de moradia, expressando a complexidade e a riqueza das lutas empreendidas.

Segundo o historiador Robson Laverdi, o diálogo com essa produção apresenta-se como um espaço privilegiado para discutir as experiências de aprendizado dos movimentos, as relações entre as lideranças e a base e entre estas e as assessorias técnicas, sendo que, na análise de tais materiais, é possível indagar sobre a produção de estratégias, concepções e formas discursivas dos movimentos sobre a “questão urbana” e o direito à cidade, reelaboradas na tensão entre saberes e lugares produtores, e as demandas definidas nos caminhos das lutas que então se colocavam. (LAVERDI, 1998).

As reivindicações e as críticas implícitas no documento analisado demonstram o caráter da relação estabelecida com o poder público

municipal, na época, personalizado, para os acampados, nas figuras do prefeito Virgílio Galassi e da secretária de Trabalho e Ação Social, a Niza Luz.

Esse relacionamento foi marcado pelos embates entre prefeitura e acampados e pela negativa veemente (traduzida em discursos, práticas e políticas públicas) do poder executivo em reconhecer a legitimidade do movimento e das reivindicações dos trabalhadores.

Essas posturas podem ser acompanhadas, inclusive, pelos jornais da época, para os quais o Prefeito nunca poupou declarações desqualificadoras sobre a ocupação, os ocupantes e mesmo sobre os seus apoiadores.

“Eu quero deixar claro - e que não fique nenhuma dúvida-, que invasores, na minha administração não terão nenhum apoio”.⁽⁸⁾

Para o poder público, a ocupação era constituída por pessoas que não pertenciam à cidade o que o desobrigava de qualquer compromisso e responsabilidade política e social com elas, “... o nosso compromisso é com a população de Uberlândia e os invasores não são população de Uberlândia”.

Segundo João Marcos Alem, a elaboração de um discurso sobre o “nativo” em Uberlândia remonta à própria fundação do município e visou, desde o início, manter a cidade e seu desenvolvimento no controle das elites locais.(ALEM, 1991:79-101)

Nesse discurso, o que existe em Uberlândia são apenas conturbações sociais e não processos políticos de luta; os sujeitos emergentes da experiência da cidade que cresce são escamoteados, dissimulados em relações predeterminadas, e desaparecem nos discursos subjacentes a essas relações.

A cidade é aberta e generosa para quem trabalha, valoriza a família e a vida em comunidade, ou seja, quem está inserido e nunca perturbou sua ordem: trabalhou, casou, constituiu família, sempre pagou aluguel em dia, tem o nome limpo.

“Uberlândia sempre foi uma cidade aberta. O indivíduo chega aqui e ninguém pergunta de onde ele veio, mas o que ele faz. Se é trabalhador integra-se a cidade em pouco tempo...”.⁽⁹⁾

⁸ “Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto”. Jornal *Correio do Triângulo*. Uberlândia, 21/01/1992

⁹ *Revista Flash*. n. 10, Uberlândia, SET\88.

Está claro o fato de que a cidade oficial reserva seus espaços a quem sempre viveu de acordo com os mecanismos por ela ditados. É claro, também, que, dentro deste entendimento, os desempregados, ou os que nunca sequer chegaram a colocar-se no mercado de trabalho, não são considerados trabalhadores, eles são “sobrantes”, restos incômodos, que só aparecem nas estatísticas da crise ou nas páginas policiais... sobras de uma cidade moderna, resíduos inevitáveis do crescimento urbano e do progresso gerador de desigualdades, ambos intrínsecos à lógica do sistema capitalista.

Porém, cabe ressaltar que o relacionamento entre o poder público e os trabalhadores nunca se deu de forma linear. Ele foi construído com idas e vindas, ocasionadas, inclusive, pelo acúmulo de forças políticas consolidado pelos ocupantes de terra durante o processo.

“... na época era o seu Virgílio, esse seu Virgílio que tá aí... é uma pessoa que eu... a moda do outro, é um grande administrador, mas só que ele... ele num tem coração, pessoa que só vê o lado dos ricos, se nós tem o que nós tem hoje foi a base da pressão mesmo e com o apoio de todos os outros segmentos da sociedade”.¹⁰

Nas atuações em relação ao poder público municipal, os acampados valeram-se de vários recursos de ação direta como passeatas, ocupações da Prefeitura e da Câmara Municipal que eram realizadas com a participação das crianças e das mulheres, levando latas e painéis vazias para representar a falta de água e comida. Esses momentos foram registrados pela imprensa local e também ressurgem na fala de alguns moradores entrevistados:

“Quando nós tava no São Jorge fizemos várias passeata ali e depois disso, a gente tivemos várias vezes dentro da Prefeitura, através da multidão, ia muita gente, ia 50,60 100,150 pessoas...”⁽¹¹⁾

“Cerca de 100 pessoas, moradores acampados do bairro Dom Almir após realizarem uma curta passeata pela avenida Afonso Pena ocuparam, em companhia do deputado estadual Gilmar Machado(PT) e da vereadora Nilza Alves(PPS), ontem a ante-sala do prefeito Virgílio Galassi na tentativa de conseguir uma audiência”.¹²

¹⁰Entrevista concedida por Djalma Moraes em abril de 1999.

¹¹Idem.

¹²“Moradores ocupam ante-sala da PMU tentando audiência”. *Jornal Correio do Triângulo*. Uberlândia, 17/03/92.

Pelo que se pode perceber, essa ocasião não foi uma exceção nas relações entre o poder público municipal e os moradores do Dom Almir. Durante o período de negociação, o Prefeito adotou uma postura clara de jamais receber a Comissão dos sem teto:

“O prefeito Virgílio Galassi (PDS), segundo informou seu assessor de Gabinete, recusou-se a receber a imprensa para falar do movimento dos acampados do bairro Dom Almir. Ele confirmou que a audiência fora marcada como o Deputado Gilmar Machado(PT) porém com a restrição de que não receberia a comissão de moradores. **O prefeito já disse que não recebe invasores**’, reiterou”.⁽¹³⁾

Esse posicionamento causou momentos de muita indignação e exasperação entre os moradores, mas a postura do Prefeito não foi jamais aceita como a palavra final, nem tampouco a Comissão de Frente composta pelos moradores perdeu sua autoridade e legitimidade diante nos impasses e conflitos das negociações, pelo contrário, foram os momentos de acirramento dessa tensão que levaram a Comissão a enfrentar e organizar o embate, utilizando-se dos argumentos disponíveis e aumentando o seu respaldo diante das negociações com o poder público.

Djalma, que era componente da Comissão de Frente na época, evidencia um pouco dessa relação em sua fala:

“... porque aquela comissão era respeitada, a gente tinha apoio lá dentro ...esse apoio vinha do seguinte: da maneira como as pessoas da própria comissão negociava com a própria prefeitura, porque dentro da prefeitura se num tiver umas pessoas que num tem assim, num vô dizê uma inteligência, mas um argumento, porque contra um argumento num existe nada, se você tem um argumento certo, você consegue as coisa, né?Então naquela época aquelas pessoas que tava ali, elas tinha argumento prá conseguir dobrar o prefeito,os vereador, os secretários...”⁽¹⁴⁾

A argumentação construída pelos acampados embasava-se na questão dos impostos pagos, da terra estar vazia, no fato deles serem trabalhadores e quererem pagar pelo lote e pela casa. A base de sustentação dessas reivindicações diz respeito a valores e a experiências de vida que forjaram, nessas pessoas, convicções sobre o significado do direito, da propriedade, da justiça e honestidade, que, aliadas às

¹³ Idem.

¹⁴ Djalma Moraes, abr./1999.

condições precárias de sobrevivência experimentadas por esses trabalhadores e suas famílias na cidade, os levaram a reconhecer a justiça e legitimidade de sua luta, embora essas convicções aparecessem num campo semeado por contradições.

Mas, além desses, outros **argumentos** foram usados para “dobrar” o prefeito, vereadores e secretários, e expressam o grau de determinação e entendimento político dos acampados no embate que se desenrolava:

“Uai, ali tinha muita coisa: às vezes eles falava que num dava, às vezes eles jogava prá frente, ficava empurrando com a barriga, certo? Então os argumento mais que a gente usava era a **pressão**, propriamente a pressão, né? porque naquela época nós era o quê? nós era mais de 400 pessoas, a gente representava 400, 600 pessoas, então imagine você, 600 pessoas dentro de uma Prefeitura, o quê que se faria ali? Então era assim mais ou menos, mais na pressão e no argumento certo, porque ou o prefeito fazia ou a gente fazia o movimento.”⁽¹⁵⁾

“Fazer o movimento” significava nesse contexto, estar em movimento, estar inserido na dinâmica da construção e da articulação de uma luta que colocava homens, mulheres e crianças como parceiros de um sonho comum e na busca da concretização de um direito.

Essa fala também traz possibilidades de aprofundar a reflexão sobre a maneira pela qual trabalhadores, antes individualizados, dispersos e privatizados, vão se constituindo como um sujeito que é coletivo, é histórico e é social. “*Imagine o que é 600 pessoas dentro de uma Prefeitura?*”⁽¹⁶⁾, a pergunta não remete a uma questão simplesmente numérica. Ela trata de um grupo de pessoas que se conhecem e se reconhecem a partir de uma demanda comum: a moradia. Experiências urbanas compartilhadas num cotidiano de desemprego ou o sub-emprego, arrocho salarial, dificuldade de morar, trabalhar, estudar, criar os filhos, divertir-se, em suma, de constante precarização das condições de vida e a frustração reiterada de uma série de expectativas construídas em torno do morar e do viver na cidade.

Na conjunção desses fatores, que agregam em torno de si atores com vivências comuns e que, portanto, geram identidade, pode-se perceber o gradativo processo de constituição de um sujeito coletivo histórico, pois, ao se reconhecerem movidos por demandas comuns e se colocarem na busca de alternativas para elas, eles trouxeram à luz

¹⁵ Entrevista concedida por Haroldo da Silva em outubro de/2000.

¹⁶ Idem.

existências de práticas, vivências e valores essencialmente políticos e politizadores, num espaço, até então, tido como à parte da política: o cotidiano dos lugares de moradia dos trabalhadores urbanos. Foi olhando para dentro desse movimento que se tornou possível perceber a maneira pela qual um grupo de trabalhadores dispersos por diferentes bairros da cidade e envolvidos numa luta ferrenha e diária pela sua sobrevivência e de sua família, foi se constituindo no sujeito coletivo: Moradores do Acampamento Dom Almir, que, a despeito de todas as tentativas de ignorá-los como tal, colocou-se no início dos anos 90, como interlocutores de considerável força política, num diálogo, muitas vezes, forçado, com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, trazendo à tona, de forma inegável, questionamentos, reivindicações e disputas que versavam sobre a ordem e a desordem urbana na ótica desses trabalhadores.

Além disso, a recusa insistente por parte do poder público em reconhecer em o movimento de ocupação de terra, como ação legítima dos trabalhadores em busca de moradia, e em dialogar com seus representantes, teve dois desdobramentos políticos muito importantes:

O embate configurou-se como um campo de reafirmação do sujeito político coletivo, no confronto com o poder público, forjou-se um processo que politizou e organizou de forma crescente a ocupação, essa negativa em reconhecer sua existência colocou-os em movimento, levando-os a aprimorar seu discurso e a articular suas ações no campo prático.

Nas suas idas à Prefeitura, na ocupação das ante-salas do gabinete do prefeito, dos secretários municipais, da tribuna no plenário da Câmara Municipal, na organização das passeatas, nas palavras de ordem, no debate com os responsáveis pelos serviços públicos e na defesa de suas pautas de reivindicações, eles foram desmistificando os motivos da ação e da razão do Estado; foram percebendo os jogos de interesses privados no trato da “coisa pública”, deparando-se com as demandas clientelistas e eleitoreiras, aprendendo o complexo movimento das relações de força presentes nas disputas e nas decisões políticas, administrativas e judiciais e avaliando o uso que poderiam fazer da força de pressão que tinham acumulado.

Foi justamente diante da recusa em ter sua presença reconhecida pela administração pública municipal que o movimento reforçou sua identidade como sujeito político, aumentando-a em força inversamente proporcional à negativa da qual era alvo.

Além disso, foi por esses impasses gerados pelos posicionamentos da Prefeitura que os acampados procuraram mediadores nesse diálogo necessário com a administração da cidade, enriquecendo o percurso desse aprendizado de experiência social mediante as conexões políticas engendradas.

Nessa gama de relações estabelecidas, aquela existente com a Igreja Católica aparece em vários momentos nas fontes, sejam elas orais ou escritas.

A postura da Igreja Católica, ou pelo menos de setores dela, em relação à ocupação do Bairro Dom Almir em Uberlândia, não era uma postura isolada, mas dizia respeito a todo um processo no qual ela foi se constituindo como um referencial, fosse em nível de produção de uma determinada matriz discursiva¹⁷, amplamente adotada pelos movimentos, desde o início da década de 80, e que apontava para a humanização da cidade, fosse como sujeito legitimador de outras organizações sociais desse campo.

A Igreja vinha promovendo, desde a década de 80, uma série de Encontros, em nível nacional, para discutir a questão do solo urbano, e contribuiu no processo que levou a reelaboração de concepções sobre a questão urbana e o direito a cidade.

No caso do bairro Dom Almir em Uberlândia, vislumbra-se parte dessa postura, rastreando diversos documentos em que a presença da Igreja foi marcante. Sua ação fez-se sentir desde os momentos tensos de negociação no acampamento Vila Rica, quando em agosto de 1990, saiu a ordem de despejo das famílias ocupantes da área municipal no Parque São Jorge IV.

É interessante retomar a situação vivida pelos ocupantes naqueles momentos que antecederam a entrada oficial da Igreja Católica, representada pelo Bispo Dom Estevão, como mediadora no diálogo com o poder público.

Em agosto de 1990, dias após a ocupação, os jornais anunciavam uma reunião entre uma comissão de vereadores⁽¹⁸⁾ e o prefeito para discutir a situação dos “invasores” de terrenos no Parque São Jorge, pois o prefeito negava-se a receber os próprios trabalhadores que procuraram o Legislativo para tentar mediar a situação.

¹⁷ A idéia de “Matrizes Discursivas” trabalhada nesta pesquisa está referenciada na obra de: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Capítulo III).

¹⁸ A Comissão era formada pelos vereadores Normy Firmino (PSDB), Calcir José (PFL) e Nilza Alves (PCB).

O posicionamento dessa Comissão de Vereadores não impediu que a Prefeitura mantivesse e conseguisse o parecer favorável ao pedido judicial de reintegração de posse no sentido de despejar as famílias do Vila Rica:

“Sair para onde? Essa era a pergunta feita por todos os sem casa que ocupam um terreno da Empresa Municipal de Construção Popular (EMCOP) no Parque São Jorge IV. Os dois últimos dias foram tensos para as 200 famílias depois que a Justiça deu parecer favorável a liminar de reintegração de posse para a Prefeitura. Reunidos em pequenos grupos eles esperavam aflitos a chegada a qualquer momento de um oficial de Justiça ou mesmo da Polícia para conduzir os trabalhos de retiradas dos barracos”.⁽¹⁹⁾

Segundo o Sr. Haroldo, os boatos que chegavam até o acampamento eram de que a Prefeitura tinha tanta certeza de que conseguiria o parecer favorável ao seu pedido, que já havia colocado 22 caminhões de prontidão em frente ao Fórum da cidade, só esperando o Juiz assinar a ordem para efetuar o despejo, o que de fato aconteceu: *“Aí o Dom Estevão entrou na frente e disse: _ 'Virgílio, você num vai fazer isso não!’”*.⁽²⁰⁾

Para os acampados, o apoio do Bispo foi de fundamental importância, tanto que o nome do bairro era para ser Dom Estevão, o que só não aconteceu porque, segundo a Lei, não é permitido nomear bairros e outras localidades com o nome de pessoas vivas. A entrada da Igreja nas negociações foi determinante, inclusive, algumas pessoas até hoje acreditam que a área do bairro foi comprada pelo Bispo e doada aos moradores, o que obviamente não é verdade.

Politicamente, a participação direta da Igreja nas negociações a favor dos acampados alterou o quadro de forças, porque permitiu que o problema fosse visto sob a ótica do direito e da humanização da cidade e não apenas pela ótica da invasão e da vadiagem, mas também despertou críticas e acusações dos setores mais conservadores da sociedade, sobretudo, do próprio poder público, que encarava a Igreja com um dos principais elementos agitadores e incentivadores das ocupações de terras na cidade. Esse enfrentamento entre a Igreja e a Prefeitura Municipal pôde ser particularmente sentido na ocasião da segunda ocupação no bairro, ou seja, daquelas famílias de trabalhadores que não vieram transferidos do Vila Rica e formaram o acampamento denominado Dom Almir II.

¹⁹ “Possesores do Bairro São Jorge ainda não sabem para onde ir”. *Jornal Correio do Triângulo*. Uberlândia, 14/08/1990.

²⁰ Sr. Haroldo da Silva, out./2000.

“Segundo Virgílio Galassi, no ano passado foi feito um acordo com a Igreja Católica para a Prefeitura absorver o problema da invasão que já existia em Uberlândia, mas com o compromisso de que aquela seria a última vez que a Administração Municipal iria interferir no assunto. Isso, no entanto, não aconteceu e segundo o Prefeito, o mesmo grupo de agitadores que promoveu a primeira promoveu esta segunda, agora nas proximidades do bairro Dom Almir”.⁽²¹⁾

Para o Sr. Virgílio Galassi, administrador público eleito pelo povo, o problema dos ocupantes de terra não exigia políticas públicas coerentes com a gravidade do quadro social de miséria e privação e sim medidas de assistencialismo e caridade. Na sua opinião, as Entidades ou Instituições que exigissem ação por parte da administração municipal deveriam pagar, do seu próprio bolso, as medidas que recomendavam ao poder público, pois estas se constituíam em mera demagogia de pessoas que criavam o problema para a Prefeitura Municipal resolver.

A mentalidade estreita e conservadora expressada na fala do Prefeito em relação ao trato das questões sociais na cidade demonstra, claramente, o grau de articulação que se fazia necessário na disputa empreendida pelos acampados. Estes perceberam, sem demora, a importância da aliança com os segmentos sociais que pudessem respaldá-los ou mesmo mediá-los no processo de disputa que então se colocava.

Essa percepção deu aos trabalhadores a clareza política de que a estratégia de sua resistência não poderia ser construída solitariamente. Ignorados pelo poder Executivo recorreram ao Legislativo, negligenciados por este, buscaram outras formas de conexão com a sociedade e, na impossibilidade de serem ouvidos seriamente por seus interlocutores, somaram sua voz a outras:

“O bispo diocesano Dom Estevão Cardoso de Avelar, acompanhado por um grupo de populares, padres e freiras, esteve ontem na Câmara Municipal com o objetivo de abrir diálogo com o Prefeito Virgílio Galassi (PDS) sobre a situação dos acampados do bairro Dom Almir II. Dom Estevão referiu-se a várias declarações dadas pelo prefeito Virgílio Galassi sobre o problema dos acampados negando-se a tomar uma decisão a seu favor, classificando-os de “invasores”.⁽²²⁾

²¹ “Virgílio reafirma que não dará apoio a invasores sem-teto”. *Jornal Correio do Triângulo*. Uberlândia, 21/01/1992.

²² “Bispo interfere e apóia acampados do Dom Almir”. *Jornal Correio do Triângulo*. Uberlândia, 08/02/1992.

A administração municipal acusava a Igreja de ser a patrocinadora das ocupações, inclusive, alegando que não daria apoio aos trabalhadores do Dom Almir II, porque, na época dos acampados do Vila Rica, a Igreja teria feito um acordo com as autoridades do Município, garantindo a não realização de novas ocupações de terra. A resposta da Igreja não tardou: *“Ora é a Prefeitura que anuncia em suas propagandas uma cidade de leite e mel”*.⁽²³⁾

Esse episódio demonstra o nível de articulação adquirido entre os acampados do Dom Almir e os demais setores da sociedade. Em muitos momentos, esses setores fizeram-se ouvir e compraram a briga com o poder público em nome dos acampados, não porque eles não tivessem condições de fazê-lo ou fossem incapazes de conduzir sua luta, mas como estratégia construída no interior do próprio movimento de resistência e reivindicação.

Essa relação com a Igreja foi construída num rico movimento de aproximação e distanciamento, afinidade e exasperação. Momentos em que os trabalhadores foram construindo sua experiência política, numa oscilação entre a autonomia coletiva e a relação de dependência, apoio e proteção, como deixa entrever o abaixo assinado dos acampados, endereçado ao próprio Dom Estevão:

“Nós, abaixo assinados, residentes e domiciliados em Uberlândia/MG, acampamento Dom Almir, vimos através desta fazer uma denúncia. Somos contra a politicagem que o Padre Baltazar juntamente com o Senhor João Batista da Fonseca, candidato a vereador pelo PT, PARTIDO DOS TRABALHADORES, estão fazendo dentro da nossa capela, no horário da missa, além do mais isto está gerando conflitos entre nossa gente, e, às vezes, alguém é ameaçado de morte, como aconteceu alguns dias atrás. Somos pessoas humildes, mas não somos pessoas desligadas do mundo. Fazemos campanha para o PT, mas não podemos aceitar que alguém possa vir a morrer por uma **simples causa**.

Esperamos contar com o apoio de Vossa Reverendíssima, para que tudo isto seja resolvido democraticamente⁽²⁴⁾”.

Esse documento, datilografado em folha de caderno de desenho, data de 09 de setembro de 1992 e foi assinado por 13 moradores. Ainda que o montante das assinaturas seja de um número relativamente pequeno, o que pode ser indicativo tanto do pouco incômodo que as

²³ Idem.

²⁴ Abaixo Assinado endereçado a D. Estevão.

atitudes do Padre Baltazar realmente geravam entre os acampados, quanto da pouca predisposição de questionar as atitudes de um representante/autoridade da Igreja Católica dentro do acampamento. A simples existência de um documento deste teor, produzido e assinado por moradores, pode demonstrar uma faceta interessante da dinâmica que se vinha empreendendo entre as “autoridades constituídas” e aquela construída no ir e vir das relações cotidianas entre os acampados e os seus apoiadores.

Nessa interlocução estabelecida com a Igreja, e indiretamente com o Partido dos Trabalhadores, havia um reconhecimento da política eleitoral, inclusive, via participação na campanha para candidatos do PT, mas esse reconhecimento tinha um limite bem definido, quando essas ações eram realizadas em espaços, ocasiões e horários não previamente estabelecidos, concedidos e combinados com o coletivo.

A capela, o horário da missa significava, para esses trabalhadores, em um cenário de onde emergiam valores e expectativas diferentes daqueles convencionalmente denominados de políticos; locais onde, diante da busca de reflexões, de tranquilidade e de religiosidade, a campanha eleitoral do momento, ainda que valorizada, convertia-se em “*uma simples causa*”.

Para compreender tais posicionamentos faz-se necessário refletir sobre a dinâmica desses movimentos, mediante os quais a experiência vivida pelos homens e mulheres concretos e de “vida anônima” vem à tona em forma de ações coletivas, que politizam os lugares e as práticas cotidianas da vida e alteram o roteiro pré-estabelecido do diálogo e da articulação entre as diversas formas de expressão social dos trabalhadores e a institucionalidade reconhecida, seja no poder público ou em diversos outros agrupamentos: Igrejas, partidos, sindicatos etc.

As reflexões elaboradas por Eder Sader (SADER, 1988:55-56) foram de grande valia, pois permitiram auscultar, nos meandros desse diálogo travado entre os acampados do Dom Almir e seus apoiadores, não a noção do utilitarismo ou do oportunismo, mas a idéia de autonomia como elaboração da própria identidade, construída num processo coletivo de luta e vivências múltiplas, em que se organizam práticas por meio das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar vontades, constituindo-se nessas lutas. Emerge, então, a figura de um sujeito coletivo autônomo, não como aquele que é livre de todas as determinações externas, mas como aquele que é capaz de reelabora-las em função daquilo que define como sua vontade e necessidade.

O recado bastante claro foi dado “... *somos gente humilde, mas não somos pessoas desligadas do mundo*”. Não estar desligado do mundo podia ter uma série de significados, na base, creio que essa postura indicava uma atitude de autonomia construída no processo de luta e negociação do acampamento, e essa autonomia era vivenciada no sentido de admitir e até buscar a ajuda e a parceria de outros atores sociais nos embates travados, mas com um posicionamento de que essa parceria era construída com base nas necessidades advindas dos próprios acampados.

No início dos anos 90, o apelo á articulação nacional em torno da questão urbana e do direito à cidade vivia ainda o seu auge devido ao processo constituinte, no qual vários movimentos urbanos haviam se envolvido, numa intensa mobilização em torno da Emenda Popular da Reforma Urbana.

Como aponta Laverdi, “... *a luta para ampliar a participação de diversos grupos sociais na definição de políticas para as cidades brasileiras recobre uma trajetória interessante de construção de lutas, formulações de projetos e denúncias, articulações de formas organizativas diversas e de um renovado aprendizado político*”. (LAVERDI, 1998:55).

Assim, pode-se observar, no teor e na mobilidade das conexões estabelecidas pelos trabalhadores no processo de constituição do bairro Dom Almir, um movimento descontínuo, dicotômico, não alinhado diretamente a posturas definidas à priori como sendo de esquerda ou direita. Isto porque as trajetórias de vida propiciadoras da experiência e dos valores que criaram a linha básica de aglutinação entre esses sujeitos apontavam para a luta da moradia como portadora de um sentido mais amplo: uma faceta da luta pelo direito à cidade.

Essa noção do direito à cidade também não apareceu elaborada de repente, mas foi se constituindo no universo das pequenas lutas diárias, desde a época da ocupação. Essas lutas punham em evidência a disputa por um espaço urbano diferenciado, não aquele onde somente têm prioridade os projetos arquitetônicos de grandes praças e avenidas. A cidade em disputa era aquela das passarelas seguras, dos horários viáveis de transporte coletivo, do postinho de saúde, da creche, da escola e da polícia eficiente dentro do bairro.

Embora a percepção dessas expectativas existentes nas reivindicações populares tenha sido assumida pela esquerda da cidade, o movimentar-se desses trabalhadores, em busca de seus interesses, acabou, vez ou outra, questionando, redefinindo e até revalorizando as formas de interlocução e ação existentes no universo das relações tecidas entre os acampados e aqueles setores da classe trabalhadora.

A luta e sua forma de expressão imediata, a ocupação de terras urbanas, podia aparecer, no discurso e no imaginário do poder público, como o lugar da “não-cidade” ou dos “não-uberlandenses”, o que atestava de forma veemente a negativa de perceber a lógica da urbanização brasileira como um processo historicamente excludente e segregacionista. Mas foi justamente essa “não cidade” que os trabalhadores negaram em seu movimento, pois as ocupações urbanas, à medida que questionam concretamente essa lógica da urbanização, ampliam sentido das reivindicações de água, luz, transporte, educação e saúde e ultrapassam o limite da luta por moradia, redimensionando-a na perspectiva da conquista ao direito de participação no fazer-se da cidade e de recolocá-la sob a ótica dos setores populares.

À proporção que os documentos e as falas iam sendo explorados, outros atores sociais juntavam - se à trama das ações tecidas. A relação com os partidos políticos e os parlamentares também possibilitam algumas reflexões importantes acerca do diálogo e das posturas existentes.

Nas falas dos entrevistados, fica claro que a ação de alguns parlamentares tanto da esquerda quanto da direita, foi importante no processo, sendo que alguns moradores, ao fazerem o balanço da experiência, até chegam a afirmar que sem esses parlamentares a luta não teria dado no que deu, e a situação poderia ser muito pior hoje. Eles apontam a conquista da água, da escola e outros como fruto da ação direta de alguns vereadores e deputados.

Essa percepção traz para o bojo da questão a possibilidade de problematizar a maneira pela qual os atores avaliam o resultado do processo de luta empreendido e até onde eles se vêem como sujeito central da ação. Isso pode ser visualizado na fala de um morador quando ele diz que sem o apoio dos vereadores eles não teriam conseguido nada, pois eles não tinham força. A postura pode estar ligada ao grau de comprometimento e alinhamento político, pois, muitos moradores, passado o estágio do confronto com o poder público, conseguiram alguns favores dentro da Prefeitura, como empregos, materiais para construção de casa e outros.

Obviamente, o lugar social ocupado hoje também influencia nessas análises, mas elas não deixam de evidenciar o grau de articulação conseguido na época com os parlamentares, tecendo relações políticas que, inclusive, serviram de base para favorecimentos pessoais posteriormente.

Entretanto o movimento em direção aos parlamentares e partidos políticos também é assinalado por aproximações e distanciamentos e demonstram uma leitura política apurada de quando e como promover os contatos e com quem.

Pode-se ter mais indícios dessa postura, quando se acompanha a fala do Sr. Djalma sobre as estratégias das ações realizadas dentro da Câmara Municipal de Uberlândia, no período em que os trabalhadores ainda se encontravam no Vila Rica:

“Por exemplo, a gente tinha o apoio do Leonídeo (Bouças, do PFL) que no caso, já mexia os pauzinhos deles lá dentro da Prefeitura (...) a gente não procurava político de esquerda prá num dizê que a gente tava apoiando eles e contra o Prefeito, porque em política existe tudo isso aí... a gente procurava assim... fora da Prefeitura ou fora do conhecimento deles né? por exemplo, tinha o Gilmar Machado, na época ele era Deputado Estadual (PT), então quê que a gente fazia? A gente trocava uma idéia com ele, ele falava o quê que a gente tinha que fazê né? e a gente ia lá e depois dava um retorno, ele apoiava a gente mais por fora”⁽²⁵⁾.

É interessante observar também como essas posturas se expressaram nos momentos de eleições, quando, plenamente cientes da importância e das possibilidades do momento, os moradores não deixaram de perceber o fato de estarem tendo sua situação utilizada como alvo de disputas e campanhas eleitorais, como já ficou demonstrado na carta endereçada ao Bispo Dom Estevão e como se verifica também em um outro documento enviado à Secretária de Habitação e Meio Ambiente, Sra. Cleuza Resende:

“Prezada Senhora.

Nós da Comissão de Moradores do acampamento Dom Almir, vimos a presença de V.Sa. reivindicar que as inscrições dos lotes urbanizados, situados no Seringueiras, seja suspenso, para os moradores do mesmo, até passar as eleições.

O motivo é muito sério: os nomes com relação a estas inscrições estão sendo usados na politicagem de alguns políticos oportunistas, e estes, afirmam que estão conseguindo a urbanização dos lotes, para todos nós acampados.”⁽²⁶⁾

Apesar da negativa em ser alvo de políticos oportunistas, os acampados perceberam a importância do momento das eleições como

²⁵ Djalma Moraes, abr./1999.

²⁶ Reivindicação enviada à Secretária de Habitação e Meio Ambiente, endereçada a Sr^a. Cleuza Rezende.

oportunidade de reivindicar seus direitos e apresentar seus interesses coletivos. Durante o período de campanha, fizeram verdadeira romaria em comícios e conversas com candidatos no sentido de conseguir trazer os benefícios sociais para o bairro:

“nóis num tinha preguiça de cercar candidato... O fulano vai fazer um comício no Alvorada, vamo lá conversa com ele. E nóis ia e fazia aquela comissão de frente e ia pedir os benefício pro nosso bairro, nóis sempre luto por isso, nóis nunca teve essa vergonha, a gente sempre lutô por isso”.⁽²⁷⁾

Parte dessa postura advinha da clareza que os moradores possuíam de que o número de famílias acampadas representava um potencial eleitoral considerável. Como já foi dito anteriormente, ao entrarem em contato com o mundo das razões políticas estatais, eles descobriam, sem demora a força de pressão política que poderiam exercer na disputa, inclusive, eleitoral.

“... aí com o passar do tempo veio a época das eleições e eles queria mais voto, né? Porque tinha muita família aqui, era interesse deles próprio, aí nóis conseguimos arrumar a água”.⁽²⁸⁾

“... Vinha e filmava, colocava as criancinha prá entrá dentro do barro e coisa e tal, prá fazê proveito político, que vinha a época das política na frente, né?”.⁽²⁹⁾

O processo de eleições era reconhecido como um momento em estavam mais presentes os interesses dos próprios políticos e quando as questões sociais vivenciadas eram utilizadas “prá fazê proveito” em campanhas, discursos e promessas, que dificilmente se concretizariam ou se reverteriam em favor do bairro.

A política eleitoral era recebida com desconfiança, porque eles reconheciam-na como um espaço perpassado por mediações incompreensíveis ou que, na maioria das vezes, não expressavam seus reais interesses e necessidades.

Porém isso não quer dizer que permanecessem passivos ou submissos diante desse discurso, muito pelo contrário, os acampados puseram-se em movimento também durante o processo eleitoral e fizeram valer, dentro de suas possibilidades, aquilo que eles julgavam como suas reais necessidades.

²⁷ Entrevista concedida por Ireny Alves dos Santos em abril de 1999.

²⁸ Djalma Moraes, abr./1999.

²⁹ Entrevista concedida por João Batista Naves em outubro de 2000.

Indo aos comícios, conversando com candidatos e até fazendo campanha, eles conseguiram, em alguns momentos, reapropriar-se de uma lógica que deveria traduzir-se em clientelismo e cooptação e tiraram eles mesmos proveito da situação que então se desenhava.

“... é que os movimentos tomavam corpo no próprio espaço de legitimação das autoridades, isto é, os moradores da periferia reconheciam nos governantes a autoridade como legitimamente constituída, embora essa legitimação se fundasse no pressuposto de que estavam lá para prover as condições de existência da sociedade” (SADER, 1988:217).

A documentação, embora de forma esparsa, também permite visualizar uma articulação dos acampados com os Sindicatos da cidade; o grau de proximidade deste relacionamento não pôde ser verificado com mais profundidade devido à escassez de fontes que tratam do assunto, mas, por alguns documentos pesquisados é possível pelo menos observar que nem os acampados ignoraram a capacidade política de alguns sindicatos como força de pressão dentro do embate existente, principalmente, com a Prefeitura Municipal de Uberlândia, como também estes não se mantiveram alheios ao problema que então se delineava no acampamento do bairro Dom Almir. Em abaixo assinado enviado à Prefeitura, pode-se visualizar um pouco dessa articulação:

“Em solidariedade às famílias do Acampamento Dom Almir, vimos através deste documento solicitar aos órgãos competentes, as necessárias providências no sentido de que as referidas famílias sejam urgentemente assentadas, onde possam viver dignamente como cidadãos que o são”.³⁰⁾

O documento foi assinado por nove sindicatos, duas Associações de Moradores e por uma Pastoral da Igreja Católica, e ainda que ele não permita perceber se havia outras ações levadas a cabo em conjunto, ou se

³⁰⁾ O documento foi assinado pelas seguintes entidades: Associação dos Mutuários da Habitação e Moradores de Uberlândia (ASMUTHAM - UDI); Associação de Moradores do Conjunto Alvorada (AMCA); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (ADUFU/SS); Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Uberlândia (SINTRASP); Sindicato dos Docentes de Escolas de Ensino Superior (SINDEES); Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais; Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação e Afins de Uberlândia; Sindicato Regional dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Mobiliário de Uberlândia; Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/Uberlândia); Pastoral Operária, Associação dos Moradores do Bairro Residencial Dom Almir (AMBDA).

estas se fizeram sentir concretamente nas ações do poder público em relação ao Acampamento, ele demonstra um movimento de aproximação e afinidade de interesses em jogo, pois os problemas urbanos, dos quais a existência do Bairro Dom Almir era uma amostra concreta e eloqüente, eram partilhados também nos locais de trabalho e moradia dos trabalhadores daqueles setores que essas Entidades representavam. A palavra **Solidariedade** representa um pouco do sentimento e dos valores advindo dessas experiências urbanas compartilhadas.

Um outro aspecto sobre a trajetória e o impacto da ocupação e da criação do bairro na cidade pode ser acompanhado no relacionamento existente entre os moradores do Dom Almir e os bairros vizinhos Alvorada e Mansões Aeroporto:

“Quando nós chegou aqui, aquele povo das Mansões Aeroporto disse que era uns desordeiros que tinha chegado prá cá, que ia fazê um abaixo-assinado prá tirá nós daqui que só tinha barraco preto, tava enfeiano as Mansões Aeroporto”.⁽³¹⁾

“O povo do Alvorada num gostava de nós porque dizia que o povo do Dom Almir tinha os pé sujo”.⁽³²⁾

São muitos os depoimentos reveladores dos conflitos entre os moradores do bairro Dom Almir e seus vizinhos. Isto se deu, em grande parte, porque, na maioria das vezes os moradores dos outros bairros assimilavam o discurso presente na imprensa da época e que refletia as posturas e opiniões do poder público sobre o significado das ocupações para Uberlândia. A noção de um bando de baderneiros, ladrões e vadios vindos de outras cidades para pesar em cima da sociedade uberlandense e enfeiar a bela cidade moderna, alcançou ressonância considerável entre os próprios trabalhadores.

As relações mais conflituosas deram-se com os moradores do Bairro Alvorada, por ser o bairro popular mais próximo, era para lá que os ocupantes dirigiam-se quando necessitavam de médico e escola, além de se servirem do mesmo ônibus, o que gerou muitos conflitos:

“Inclusive num vou te mostra muito longe não, naquela época que nós mudamo prá aqui, o Alvorada já era um arraialzinho, um conjuntozinho mas tinha escola, nós fomo usar a Escola e disse que num aceitava esses sujo lá, nós saía daqui e ia prá avenida e chegava lá o ônibus tinha dia que num parava, o povo de lá brigava prá num parar prá nós, dizia: Os sujeitos do Dom Almir!”⁽³³⁾

³¹ Entrevista concedida por Haroldo da Silva em outubro de 2000.

³² Entrevista concedida por Sebastião Corrêa em abril de 1999.

³³ Idem.

Os moradores lembram-se de um episódio marcante nessas relações, quando uma professora impediu que a aluna molhada de chuva entrasse na sala, na época (1992) cerca de setenta e duas crianças estavam matriculadas na Escola e andavam em torno de três quilômetros para chegarem até lá. O fato ocorrido gerou por parte dos pais acampados um movimento de contestação:

“... foi todo mundo e nós foi filmamo até chegá lá... tinha um trilhozinho aqui de barro! Nós fomos os pais atrás, com as bandeiras, fazendo o manifesto, nós fomo prá conversar com a Diretora, o quê que tava aconteceno que os menino tava reclamando que eles tavam até jogando ovo choco neles lá... que isso num era prá acontecê, que escola é pública e fizemo um acordo lá!”⁽³⁴⁾

Importa ressaltar que este trabalho recupera as relações sob a ótica dos moradores do bairro Dom Almir, uma possível busca da memória dos habitantes do Bairro Alvorada poderia ter trazido à tona outras opiniões e experiências.

Por outro lado, observa-se que, diante da negativa do poder público municipal em dotar o bairro Dom Almir com os serviços públicos urbanos, tais como ônibus, água, coleta de lixo, escola e posto de saúde, os bairros vizinhos sofreram um real processo de saturação, materializado na sobrecarga e no desgaste dos seus próprios serviços.

A Prefeitura, obviamente, se excusou da responsabilidade e da culpa que lhe cabia no fato e, numa estratégia bem típica dos interesses do capital, preferiu responsabilizar os próprios trabalhadores pela sua miséria e privação e pelo caos social da cidade.

Essa prática, muito ironicamente, é a mesma utilizada hoje em relação aos ocupantes de terra do Jardim Prosperidade, vizinhos ao próprio Dom Almir:

“A Prefeitura e os vereador, ainda ontem eu escutei no rádio falano, que depois que apresentou tanta invasão é que atrapaiou mais, é porque estrova controlar as coisas pros outros”.⁽³⁵⁾

A experiência de se colocarem em movimento de luta e reivindicação por direitos forjou, nos trabalhadores acampados do Bairro Dom Almir, novas leituras de mundo e novas práticas dentro do cotidiano. A participação como sujeitos ativos do processo trouxe, para

³⁴ Maria Joana, out./1999.

³⁵ Entrevista concedida por Maria Abadia de Jesus, 2000.

eles, redefinições e reelaborações diante da vida, alterando de forma significativa a maneira como eles mesmos se vêem dentro da cidade:

“Naquela época a gente ficava muito reprimido, por que como diz o outro a gente num tinha nada, num tinha onde morá, num tinha nem um endereço prá dá num serviço... Hoje eu me considero um cidadão como outro qualquer!”⁽³⁶⁾

A noção e o significado de cidadania aparecem aqui como o resultado de uma elaboração construída num processo de luta efetiva por direitos concretos e básicos: casa para morar com água encanada e luz elétrica, escola para os filhos estudarem, ônibus na porta em condições decentes e horários viáveis, posto de saúde, creche. Esta é a cidade em questão, esta é a cidade que se fez e se faz objeto de contínuas lutas e disputas dos setores populares, “ser cidadão como qualquer outro!” é poder usufruir de tudo isso e não apenas de um desenvolvimento e de um progresso que não conseguem ultrapassar os discursos das promessas eleitorais e das propagandas de televisão.

Ao longo desses anos de luta, também foram se reelaborando, para esses trabalhadores, as concepções do poder, seus atores, seus mecanismos e seus territórios. A Prefeitura Municipal, a Câmara Legislativa, o Fórum Judiciário, entre outros, foram deixando de serem espaços longe do cotidiano e da vida e converteram-se tanto quanto a terra improdutiva, objeto de especulação imobiliária, em locais a serem ocupados pelo povo: “*Ele falava que nós era desordeiro, porque nós ia e ocupava a Câmara Municipal, mas nós foi num sei quantas vezes...*”⁽³⁷⁾

Ao ocupar esses espaços, os acampados suscitaram a indignação dos que se julgavam donos do poder, porque essa ação coletiva tinha uma implicação profunda: ela questionava e, em boa medida, reelaborava a lógica política desses espaços constituídos para estarem acima do povo, como centros emanadores de leis e de regras a serem simplesmente cumpridas. Os trabalhadores recolocavam-se como sujeitos da ação política, retomando esses espaços como locais públicos, “*...aí eu disse prá ele: ‘Você não é dono da Prefeitura, isso aqui é nosso, tudo isso aqui é patrimônio nosso!’*”⁽³⁸⁾

Entretanto não foram - e nem deveriam ser - apenas os espaços do poder instituído que tiveram sua rotina modificada pela ação dos moradores do Acampamento, eles também ocuparam as margens da

³⁶ Haroldo da Silva, out./2000.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

rodovia, indo em direção à Prefeitura, as ruas do centro da cidade com suas passeatas carregando panelas e latas vazias. Foram notícia nas manchetes dos jornais locais e nos programas de rádio, fizeram caminhadas rumo ao Bairro Alvorada, ocuparam tempo nos sermões de missas, tornaram-se alvos de disputas eleitorais, pauta de reuniões em Sindicatos, Partidos e Entidades Políticas, foram vistos no CEASA, nas máquinas de Arroz do Bairro Tibery. Nas suas andanças, levaram consigo a denúncia de sua situação, explicitando a existência da pobreza, da exclusão social e do descaso governamental em Uberlândia, mas também levaram o movimentar-se incômodo da esperança persistente de trabalhadores que se puseram em luta pelo direito à cidade.

Aqui compartilho mais uma vez com a visão de Eder Sader, que aponta os movimentos sociais como sujeito social e histórico, promovendo a reelaboração e a revalorização do cotidiano dos trabalhadores, efetuando uma espécie de alargamento do campo da política tradicionalmente instituída e politizando as questões do cotidiano dos lugares de trabalho e moradia. (SADER, 1988).

Olhar para trás com os olhos do presente, avaliando as vivências e trajetórias, traz à tona o saldo da experiência vivida. Por meio das falas, vai-se acompanhando o significado profundo - que jamais poderá ser de todo apreendido, porque, sendo histórico, é inacabado e inconcluso - transformador da luta desses trabalhadores a refletir-se em sua visão de si mesmos e do mundo:

“Eu me senti... que nessa época, antes d'eu lutá aqui, eu achava que eu num era ninguém mas, depois disso eu acho que eu sô alguém, porque eu ajudei muita gente, ajudei a salvar muita gente, gente que ia até perdê a vida, eu acho que eu fui... eu sô uma pessoa!”.

Então, o que fico na memória é que eu com tudo que eu num tenho um estudo, eu num tenho um dinheiro, eu num tenho um nada, mas eu sou alguém!”³⁹

O processo vivido, as dificuldades superadas e a sensação de apesar de todos os revezes, ter conseguido um lugar para morar e construído o seu espaço dentro da cidade mediante própria organização e participação na luta, trouxe para os moradores do Bairro Dom Almir uma sensação de orgulho e auto-estima, que se traduz na compreensão de sua importância como pessoa, na reafirmação de sua “humanidade” dentro de um sistema que de tudo faz para espolia-la.

³⁹ Ireny dos Santos, abr./1999.

Além disso, a experiência trouxe também um sentimento de solidariedade, sentimento que, necessariamente, pode não se traduzir em consciência de classe elaborada, mas que ensina muito sobre valores humanos como decência, justiça e dignidade. Junto a isso surge o aprendizado político do processo que ampliou a noção de cidadania, desmistificou, em muitos momentos, o poder instituído e reelaborou as concepções e os valores sobre o fazer-se da política.

“O que eu sinto hoje é que eu tô melhor e quando eu vejo os outros debaixo da lona, aquilo me dói, me dá vontade de chorá e parece que quando eu chego lá eu enxergo pouco, vê aquela escuridão de lona... se eu pudesse ajudava os outros a construir”.⁽⁴⁰⁾

“Ah, eu aprendi só a raciocinar... aprendi muita coisa, aprendi a ser mais humano com as pessoas, procurar relevar muitas coisas que a gente passa nessa vida da gente... às vezes ajuda um que tá em dificuldade, né? Eu entendo mais do que antigamente, às vezes até de política mesmo eu entendo muito, porque antigamente... às vezes eu num tinha esse entendimento e hoje em dia eu sei como se faz um projeto, como se veta um projeto, então a gente sabe muita coisa, né?”.⁽⁴¹⁾

A valorização do saber construído no dia-a-dia, a percepção de que suas experiências não são insignificantes no quadro das lutas maiores e a clareza de que é preciso contar a história do bairro para os filhos, para eles poderem dar valor, são elementos que aparecem nas falas, quando os moradores são indagados sobre a importância de terem participado da constituição do Bairro Dom Almir.

Para as mulheres, o significado ainda vem crescendo de um outro sentido, o da revalorização do seu cotidiano e de sua capacidade de envolver-se com atividades que extrapolam o ambiente doméstico:

“Porque eu nunca tinha trabalhado nesse tipo de serviço, né? Meu serviço era de ajudar em casa, marido, filho e a patroa lá fora... eu nunca tinha parado prá, por exemplo, perder horas, déias e noites de sono prá ajuda o próximo e aqui eu já passei por isso. Então hoje, se disse assim:- Dona Ireni tem uma ocupação lá em tal lugar e precisa da senhora. Eu acho que eu vô, eu ia sim!”⁽⁴²⁾

A experiência não se constituiu apenas de vitórias, muitos aspectos negativos são retomados pelos moradores. Boa parte das famílias que veio do Parque São Jorge não está mais no Dom Almir, o

⁴⁰ Felismina Pereira, abr./1999.

⁴¹ Djalma Moraes, abr./1999.

⁴² Ireny dos Santos, abr./1999.

que, na opinião dos entrevistados, dificulta a união do bairro para conseguir maiores benefícios. Nas falas, aparece o sentimento de que, após conseguir o lote, cada um foi cuidar da sua vida, e o bairro ficou esquecido. As pessoas que chegaram depois não se identificam com a história de luta dos mais antigos, e isto gera conflitos. Os moradores também apontam o aumento sensível da marginalidade, o preconceito que ainda sofrem na hora de arrumar emprego e as divisões político-partidárias como fatores que dificultam a vinda de melhorias para o Dom Almir.

Impressiona o fato de que, após terem conseguido as casas no Bairro D. Almir e uma certa infra-estrutura, as pessoas tenham como que deixado de acreditar na força de sua atuação, na importância de seu papel como agente histórico transformador e transferido para o âmbito da Associação de Moradores um poder que outrora era coletivo, lá eles já não intervêm mais, é como se ela pairasse acima deles.

“A associação é uma coisa que tem de ser muito registrada, muito organizada e o trabalho que a gente tinha que fazer acho que a gente já fez, foi trazer o benefício de cada um pegar seus lotes, foi de trazer a água, trazer a luz, trazer a escola, posto de saúde, a creche, então agora é pôr a Associação prá fazer outras coisas, mas tá difícil, porque hoje em dia... igual eu te falei, o pessoal que morava aqui, que veio do Vila Rica prá cá, já foi embora prá bem dizer, todo mundo. È outras pessoas, com outras cabeças, o pessoal quer é ter sua casa, suas coisas, num tá nem aí com o que tá acontecendo lá fora, então é mais difícil. Prá te dizer a verdade era bom lutar num bairro como esse, parece que cê trabalhava com vontade, cê via as pessoas precisando e ocê ia buscar aquilo, agora hoje em dia não, pessoal que tá aqui maioria compro direito dos que foi embora, então é poucos que tem esse ideal.”⁽⁴³⁾

Mesmo assim, é importante para os trabalhadores poderem contar sua história, pois, nesse ato de se reportarem ao passado, eles reavaliam as ações, as motivações materiais e políticas, refletem sobre as vitórias e as derrotas, reafirmam-se no presente e trazem para si a autoridade de um sujeito histórico. O bairro Dom Almir significa, para os que ficaram, a certeza de que a luta valeu a pena, e, embora proporcionalmente existam hoje poucos moradores da época da ocupação, a identidade criada entre eles e com o bairro persiste, apesar de divergências político-partidárias terem estremecido algumas relações.

⁴³ Idem.

Nos depoimentos, os companheiros daqueles dias turbulentos são sempre lembrados, e as conquistas do Bairro dificilmente aparecem conjugadas no singular. Há um pesar explícito em relação àqueles que, passada a luta, venderam suas casas “a troco de banana” e foram embora do bairro, muitos após conseguirem a casa, entraram para o movimento dos sem terra, porque descobriram que uma casa na cidade não era garantia de sobrevivência digna.

Nesta perspectiva, outras pesquisas têm buscado problematizar os encantos e desencantos dos trabalhadores com a vida urbana, enriquecendo e ampliando o campo de reflexões sobre a trajetória dos trabalhadores do bairro Dom Almir e de muitos outros bairros da cidade de Uberlândia. Trabalhos recentes têm discutido o ingresso desses trabalhadores urbanos, no caso do Bairro Dom Almir antigos ocupantes de terras urbanas, nas fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. (SILVÉRIO, 2003). Essas novas pesquisas são bastante significativas, pois nos permite refletir e questionar sobre até que ponto a luta pela moradia e a conquista da terra urbana garantiu para esses trabalhadores o acesso à cidade. Nesta pesquisa não foi possível articular as ocupações de terra que deram origem ao Bairro Dom Almir à ação do Movimento Sem Terra numa possível organização prévia desses trabalhadores. É possível indagar se o caminho seguido aqui não foi justamente o inverso, pois é a partir do final da década de 1990, que outros pesquisadores vão começar a visualizar a ação do MST no Bairro Dom Almir, no sentido de organizar ocupações em áreas rurais próximas a cidade de Uberlândia.

Independente disso, ao serem questionados sobre a importância de seus depoimentos para o trabalho, alguns trouxeram em suas falas evidências da importância de refletir sobre a experiência dos trabalhadores desse país:

“Eu acho bom, porque assim... só pra muitas e muitas pessoas saber que a gente existe, da intenção que a gente tem, a intenção da gente é boa não é ruim. E eu espero assim, que aquilo que eu passei, os pedaço ruim..., eu espero que ninguém mais passe prá chegar onde eu cheguei”.

“Então a história foi essa... eles achava que nós era bandido e nós num era bandido, nós tava procurando a moradia. Por que todo mundo tem que ter essa dignidade de ter o seu lugar de morá, prá se esconde da chuva e do sol!

BIBLIOGRAFIA

ALEM, João Marcos. "Representações Coletivas e História Política em Uberlândia". In: *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1991, n.04, jan/jun, p. 79-101.

LAVERDI, Robson. *Pelo Direito de Morar: Experiências de Luta pela Reforma Urbana*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC/SP, 1998.

MARTINS; Dora. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1994.

RODRIGUES, Arlete Moisés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVÉRIO, Domingues Leandra. *Campo/Cidade: Encantos, Experiências e Trajetórias de Trabalhadores no Município de Uberlândia - 1970/2003*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003. (Monografia).

SOARES, Beatriz Ribeiro. *A Moradia em Uberlândia*. Uberlândia, 1993. Mimeo.